

## POSIÇÃO DOS DEPARTAMENTOS SOBRE A PROPOSTA DO GOVERNO

### 1. Instituto de Agronomia

O Instituto de Agronomia, reunido em 15/04/91, em Assembléia de Docentes, Servidores e Estudantes, convocada pelo seu Diretor, por decisão do Conselho Departamental, avaliou a proposta do MEC de "Uma nova Política para o Ensino Superior". A Assembléia deliberou, por unanimidade, rejeitar a proposta, bem como recomendar ao Conselho Universitário a rejeição da mesma.

Trata-se de um documento que prima pela incoerência entre diagnóstico, algumas vezes lúcido, e tratamento, quase sempre paliativo e inconsistente com as causas dos sintomas diagnosticados. O documento é falso quanto aos seus objetivos, porque aparenta buscar justiça social através da privatização do ensino. É anti-democrático quando propõe mecanismos de gestão universitária já praticamente superados pela comunidade acadêmica. É injusto para com a universidade pública, que não só forma o melhor profissional do país, como também gera a maior parte do conhecimento científico e tecnológico da nação. É panfletário e enganoso, por utilizar chavões de forte apelo popular e distorcer as evidências através de propostas que dissimulam as verdadeiras intenções. Como se não bastasse, é um documento de autoria incognita, porque chegou às unidades acadêmicas sem a devida identificação e timbre oficial.

A Assembléia do Instituto de Agronomia repudiou unanimemente a falta de ética do MEC em tratar temas tão importantes às universidades e à sociedade, tais como a qualidade do ensino oferecido e a socialização do conhecimento, de forma tão superficial e ludibriosa. Considerou-se que as medidas propostas no documento servem somente para que o MEC se exima das responsabilidades do Estado para com o ensino público, gratuito e de qualidade, conforme preconiza a Constituição.

A Assembléia do Instituto de Agronomia entendeu que somente a rejeição integral do documento, de forma contundente e definitiva, emprestará força política suficiente para impedir a utilização indevida de sugestões pontuais. A contribuição da UFRRJ deverá constituir-se de propostas oriundas de discussões baseadas nos documentos já elaborados pela comunidade acadêmica através da ANDES, FASUBRA e UNE, utilizando-se de fórum como a Assembléia Comunitária programada para o próximo dia 18, na UFRRJ.

### 2. Departamento de Ciências Fisiológicas

Sr. Diretor do IB:

Respondendo à circular nº 003/GR, informo à V.Sa. que, em reunião de 11/04/91, o Colegiado do Departamento de Ciências Fisiológicas decidiu rejeitar, por unanimidade, a proposta do Governo COLLOR intitulada "Nova Política para o Ensino Superior".

O Colegiado do DCF evidenciou, nessa proposta, retrocessos flagrantes em relação às propostas da comunidade universitária em geral e do Movimento Docente, em especial, apresentadas exaustivamente a quem de direito, ao longo de vários anos.

Ao invés de ensino público e gratuito, consubstancia-se o ensino privado e institui-se o ensino pago na proposta em questão. Reduz-se substancialmente a participação da comunidade nas decisões, a começar pela escolha do Reitor. O Exame de Habilitação Profissional, da maneira como está concebida no projeto, não se preocupa com a qualidade em todo o processo educacional e cassa a prerrogativa com a qualificação de seus alunos para o exercício profissional. Tal exame ainda pode colocar sobre os ombros do recém graduado todo o ônus decorrente de um eventual curso superior desqualificado (hoje, em grande número).

Esses são os pontos que nortearam a decisão do DCF.

### 3. Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino

O DTPE posiciona-se pela rejeição à proposta do Governo para o Ensino Superior, acompanhando a decisão da Assembléia dos Docentes e em face dos seguintes argumentos 1) o documento do governo representa uma afronta a toda uma luta travada pelos Movimentos Docente, Discente e dos Servidores em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade; 2) é colocada de lado toda uma discussão levada no seio da sociedade civil em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que se encontra tramitando no Congresso Nacional. A comunidade acadêmica teve oportunidade de pronunciar-se em relação a esse projeto de Lei e a ANDES-SN elaborou, após aprofundadas e exaustivas discussões, uma proposta de LDB condizente com a histórica luta do Movimento Docente e com um projeto educacional voltado aos anseios da população; 3) A proposta do governo escamoteia o descaso com que vem sendo tratada a questão educacional, através de um discurso demagógico e panfletário; 4) a democratização e a autonomia da Universidade sofrerão um violento retrocesso caso a proposta governamental seja implementada. É imprescindível que seja retomada a discussão sobre o projeto de LDB, devendo o Instituto de Educação promover um amplo debate aberto à participação das Escolas da comunidade, do SEPE e de outras entidades ligadas à educação.

O Departamento reforça ainda a necessidade de que sejam implementadas as propostas do Seminário de Avaliação, realizado em 1990, principalmente no que se refere à Estatuinte.